

A TEORIA DA JUSTIFICAÇÃO EPISTÊMICA DE LAURENCE BONJOUR

LAURENCE BONJOUR'S EPISTEMIC JUSTIFICATION THEORY

Kátia M. Etcheverry*

RESUMO: O objetivo do presente texto é duplo: primeiramente, apresentar uma breve visão geral de algumas das principais dificuldades enfrentadas, desde Descartes, pelo fundacionismo clássico; a seguir, introduzir de que modo Laurence BonJour, contemporaneamente, pensa que podemos enfrentar essas dificuldades. Colocando em poucas palavras, sua proposta é a de que a justificação empírica depende, em última instância, de crenças básicas justificadas que têm por objeto o conteúdo da experiência sensorial, uma vez que o *status* justificacional dessas crenças não dependeria inferencialmente de nenhuma crença adicional (encerrando assim o regresso epistêmico). Devido ao caráter da 'consciência constitutiva de conteúdo', afirma BonJour, a qualificação epistêmica das crenças básicas é infalível de um modo que concorda parcialmente com a concepção fundacionista tradicional.

PALAVRAS-CHAVE: Fundacionismo Clássico. Justificação Epistêmica. Laurence BonJour.

ABSTRACT: The purpose of this paper is twofold: first, to present a brief overview of some of the main difficulties Classical Foundationalism has been through since Descartes; second, to introduce the way Laurence BonJour contemporarily thinks we might face these difficulties. In a few words, his proposal is that empirical justification depends ultimately on justified basic beliefs about the contents of sensory experience. The justificational *status* of these beliefs does not depend on inference from any further beliefs (thus ending the epistemic regress). Because of the character of the 'constitutive awareness of content', BonJour claims, the epistemic qualification of the basic beliefs is infallible in a way that partly agrees with the foundationalists' traditional conception.

KEY WORDS: Classical Foundationalism. Epistemic Justification. Laurence BonJour

Introdução

Quando, no início da década de sessenta, Edmund Gettier¹ ataca a suficiência da definição clássica do Conhecimento como 'crença verdadeira e justificada'², a discussão em

* Doutoranda em Filosofia-PUCRS/CNPq. Contato: ketch@uol.com.br

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.2	Outubro 2009	pp. 38-45
-----------------	-------------------	--------------	------------	-----------------	-----------

torno da definição de justificação epistêmica, ou do que deve ser adicionado à crença verdadeira de modo a afastar a possibilidade de accidentalidade da verdade da crença, se torna uma das mais importantes na epistemologia. O intenso debate, então iniciado, entre epistemólogos das mais variadas posições permanece ainda hoje movimentado e aparentemente distante de uma conclusão.

Dentro deste cenário de grande produção intelectual algumas divisões internas ao fundacionismo de natureza internalista³ têm atraído fortemente a atenção da comunidade epistemológica, constituindo-se em teorias centrais da atualidade. O fundacionismo clássico, também conhecido como ‘fundacionismo forte’, foi a concepção prevalentemente adotada na tradição filosófica, sendo que a exigência de infalibilidade, sua marca distintiva, deu origem a várias dificuldades teóricas. Como consequência disso, nas últimas décadas surgiram outras versões menos exigentes e mais populares, defensoras de propostas falibilistas que integram a posição conhecida como ‘Fundacionismo Moderado’.

No entanto, apesar da crescente atração que as teorias falibilistas têm exercido, nos últimos anos, entre os que se ocupam de epistemologia, alguns nomes importantes têm apresentado propostas teóricas que recuperam algumas das características emblemáticas da versão clássica cartesiana. Dentre os eminentes epistemólogos que defendem o retorno ao fundacionismo de feições tradicionais está Laurence Bonjour que, tendo sido por muitos anos renomado proponente de uma teoria coerentista da justificação epistêmica, após considerar que essa posição enfrenta ‘problemas fatais’, mais recentemente passou a integrar o grupo de filósofos que vêm a proposta fundacionista nos moldes clássicos como sendo a única defensável.

¹ GETTIER, Edmund L. ‘Is Justified True Belief Knowledge?’ In: HUEMER, M. (ed.). *Epistemology: Contemporary Readings*. Routledge: London, 2002. p. 444-446. (Reimpressão da ‘Analysis’, Oxford Blackwell, n° 23, p.121-123, 1963).

² No diálogo platônico *Teeteto*, conhecimento é analisado com sendo constituído por, no mínimo, *crença verdadeira*, acompanhada de uma terceira condição, que seriam as razões do sujeito em favor da verdade da referida crença. Nas últimas décadas, algumas propostas de modificações da definição clássica do conhecimento têm sido sugeridas por vários epistemólogos, motivadas pelo artigo de Gettier.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.2	Outubro 2009	pp. 38-45
-----------------	-------------------	--------------	------------	-----------------	-----------

Fundacionismo Tradicional

As teorias fundacionistas encontram sua motivação na resposta que oferecem ao argumento cético de Agripa⁴, assumindo que é possível empreender o regresso epistêmico dentro de uma estrutura na qual a força justificacional se transmite de premissa a premissa, chegando, de modo não-arbitrário, a um ponto final da seqüência, o ponto de fixação da crença, constituído por uma primeira premissa que é imediatamente justificada. Desse modo, quando perguntados como sabemos que p , respondemos com outra alegação de conhecimento, ‘porque sei que q ’. Quando mais uma vez questionados, invocamos como razão para q outro conhecimento que alegamos ter, ‘porque sei que r ’, e assim sucessivamente até que finalmente nos encontramos na situação de poder alegar um conhecimento que não exige que se prossiga na busca por razões. Por conseguinte, na visão fundacionista, crenças básicas constituem a evidência a partir da qual todas as demais crenças podem ser ditas bem-fundadas. Crenças deste tipo, por sua própria natureza, prescindem de um vínculo epistêmico com outros estados doxásticos para obter seu *status* justificacional, ficando assim estabelecido, de modo legítimo, o ponto de parada necessário para evitar a armadilha cética expressa no trilema de Agripa.

Mas a tarefa de mostrar como o fundacionismo pode ser validado, defendendo a existência de crenças básicas, tem se mostrado árdua. De fato, já a partir da concepção cartesiana de crenças fundacionais ficam patentes as dificuldades. Descartes, ao final da Primeira Meditação, tendo submetido à dúvida radical tudo em que acreditava anteriormente, se encontra sem um ponto seguro onde se apoiar para iniciar a construção do conhecimento. Este fundamento, que deve ser garantido pelo estabelecimento de uma certeza indubitável, será apresentado na Segunda Meditação, quando, partindo da suposição cética de que podemos estar sempre sob as artimanhas de um demônio enganador, Descartes chega à

³ É preciso ressaltar que os fundacionistas divergem também quanto à natureza da justificação epistêmica. Apesar da relevância da discussão entre internalistas e externalistas, esta questão não se coloca dentro do escopo deste artigo.

⁴ Conforme Hankinson (1998, p. 182 e seguintes), o Trilema de Agripa procura mostrar como, quando tentamos estruturar a cadeia de razões em favor de uma determinada crença, nosso fracasso estaria garantido, uma vez que não haveria como evitar assumir uma dentre três alternativas – regresso infinito, parada dogmática ou circularidade. Em qualquer das opções, diz o cético, é impossível alcançar crença justificada e, por conseguinte, conhecimento.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.2	Outubro 2009	pp. 38-45
-----------------	-------------------	--------------	------------	-----------------	-----------

certeza de sua própria existência. Segundo ele, ainda que estejamos sendo enganados por um demônio maligno quanto ao conteúdo de nossos pensamentos, não podemos estar enganados quanto ao fato de nossa própria existência. É a partir do fundamento fornecido por esta certeza axiomática que Descartes pretende empreender a tarefa de deduzir conhecimento absolutamente certo.

No fundacionismo clássico de modelo cartesiano somente crenças infalíveis podem se qualificar como crenças fundacionais. Como consequência de tão elevado nível de exigência todo o conhecimento empírico, contingente e obtido através de nossas experiências sensoriais, sempre passíveis de erro, é colocado sob suspeição. Sendo assim, a base justificacional assumiria proporções demasiadamente exíguas, o que dá origem à crítica enfática feita pelos adversários do fundacionismo infalibilista, visto que tão pequeno suporte seria insuficiente para sustentar todo o edifício de crenças que, intuitivamente, pensamos possuir.

Todo epistemólogo que se proponha a oferecer uma teoria da justificação epistêmica enfrenta dificuldades de respeitáveis dimensões. Nenhuma proposta fundacionista pode evitar ser alvo de algumas objeções de considerável complexidade, e o fundacionismo de modelo internalista e cartesiano tem sofrido sua quota particular de golpes. Da cisão interna surgiram novas e diferentes versões fundacionistas e podemos dizer que, atualmente, o fundacionismo vem sendo representado por uma maioria composta por adeptos de versões diferentes daquela do modelo cartesiano, as quais admitem o falibilismo. Apesar disso, o fundacionismo clássico ainda não teve sua morte declarada, algumas vezes se levantam para anunciar sua volta na forma de propostas teóricas que retomam certas qualidades essenciais do fundacionismo cartesiano.

Fundacionismo Contemporâneo Neoclássico – Laurence BonJour

Um dos desafios que se coloca, de modo geral, ao fundacionista consiste no oferecimento de uma explicação satisfatória de como crenças não-inferencialmente justificadas são possíveis. Os defensores das versões que chamaremos de “neoclássicas” além de pretender explicar como crenças justificadas não-inferencialmente são possíveis, procuram mostrar, ainda, que seu *status* epistêmico é infalível. Para que possamos abordar com propriedade o problema envolvendo o estatuto justificacional de crenças fundacionais é

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.2	Outubro 2009	pp. 38-45
-----------------	-------------------	--------------	------------	-----------------	-----------

oportuno esclarecer em que condições os processos de justificação epistêmica ocorrem. A aquisição da qualificação justificacional só pode acontecer quando ocorre uma relação epistêmica entre as crenças envolvidas no processo. Nessa relação, a conexão entre as crenças se dá através de seus respectivos conteúdos proposicionais, de modo que, quando uma crença justificada articula-se epistemicamente com outra, ela pode transmitir-lhe seu *status*. Por conseguinte, apenas estados doxásticos (ou seja, estados que apresentam conteúdo proposicional e assertivo) poderiam constituir-se em razões, ou relacionar-se com razões, e assim receber ou conceder justificação.

Mas, se apenas estados doxásticos podem servir como fatores de justificação, então não podemos evitar o regresso vicioso das razões alegado pelo trilema cético, como pretendem fazer os fundacionistas, recorrendo ao poder justificacional da experiência sensória. A dificuldade a ser enfrentada pela teoria fundacionista, no que concerne sua alegação de que existem crenças básicas cujo amparo justificacional é a experiência sensória, reside na necessidade de esclarecer como é possível a articulação epistêmica entre uma crença e algo que não é uma crença, e que tem, portanto, um conteúdo de outra natureza. Para tornar a tarefa ainda mais complicada, mesmo que essa conexão seja possível, para satisfazer as exigências do fundacionismo internalista ela deve ser acessível ao sujeito da crença.

Um ponto distintivo na teoria proposta por BonJour refere-se justamente à explicação de como crenças empíricas sobre o conteúdo da apreensão sensória podem ser básicas, de modo que os dois conteúdos, da crença e da experiência sensória, se relacionam epistemicamente. Para evidenciar as complexidades teóricas aqui presentes, consideremos o dilema, apresentado por Wilfrid Sellars, com respeito à apreensão do conteúdo da experiência e sua relação com a crença de modo a se constituir em fator de justificação para ela.

Segundo Sellars⁵, quando recorremos a nossas experiências sensoriais para dar base justificacional a nossas crenças empíricas, devemos esclarecer qual a natureza dessas experiências para que seu papel epistêmico possa ser bem determinado. Ora, se elas forem entendidas como tendo conteúdo proposicional, ou como constituindo um estado que é do tipo doxástico, e forem justificadas, não há problema em ver como podem fornecer justificação às crenças que delas dependem para isso. O busílis é entender como os estados mentais

⁵ Esta apresentação do dilema de Sellars é feita a partir do texto de BonJour, em BONJOUR, Laurence; SOSA, Ernest. *Epistemic Justification: internalism vs. externalism, foundations vs. virtues*. Malden: Blackwell Publishers, 2003. p. 61.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.2	Outubro 2009	pp. 38-45
-----------------	-------------------	--------------	------------	-----------------	-----------

experienciais não precisam eles próprios de justificação de modo dependente de outras crenças. A outra alternativa do dilema seria considerar que o ato mental de apreensão do conteúdo da experiência não é de natureza proposicional, não apresentando, portanto, nenhum conteúdo conceitual. Assim sendo, ele não necessita de nenhuma justificação, mas também não está em posição de fornecer nenhuma força epistêmica aos estados mentais com conteúdo proposicional (as crenças), formados a partir dele.

A proposta de BonJour pretende evitar ambas as alternativas desse dilema valendo-se da noção de ‘consciência constitutiva de conteúdo’, noção que se baseia no modo como BonJour concebe a natureza da propriedade de ‘ser consciente’ que pode apresentar um estado mental. Em suas palavras, um estado mental é consciente quando “[...] envolve como característica intrínseca e constituinte uma consciência de seu tipo distintivo de conteúdo, a qual faz parte de sua natureza interna e não depende, em absoluto, de nenhum outro estado reflexivo ou aperceptivo [...]”⁶.

Segundo sua concepção, uma crença ocorrente apresenta como caráter essencial e intrínseco a consciência dos dois aspectos correlativos de seu conteúdo. De um lado, o conteúdo proposicional, e de outro, o caráter assertivo envolvido na consideração desse conteúdo. A consciência desses dois aspectos não seria de natureza aperceptiva, ou reflexiva, mas sim de natureza, pelo menos em parte, *constitutiva* da própria crença, uma vez que são precisamente estes dois aspectos, o proposicional e o assertivo, que fazem com que a crença ocorrente seja exatamente aquela que é, e não outra crença, ou estado mental, qualquer. Seria precisamente devido a seu caráter constitutivo e inerente que podemos atribuir infalibilidade a essa consciência do conteúdo da experiência imediata, pois, segundo BonJour, ‘não há, aparentemente, nenhuma maneira na qual essa consciência do conteúdo possa estar errada – simplesmente porque não há nenhum fato, ou situação, independente, acerca da qual ela possa estar errada’⁷.

Por sua vez a experiência sensória também seria um estado consciente, do mesmo modo como o é o estado de termos uma crença ocorrente. Por conseguinte, também quanto a ela podemos dizer que há uma consciência não-aperceptiva de seu próprio e inconfundível tipo de conteúdo, que lhe é constitutiva – essa consciência é o próprio conteúdo sensório ou

⁶ BONJOUR, Laurence; SOSA, Ernest. *Epistemic Justification: internalism vs. externalism, foundations vs. virtues*. Malden: Blackwell Publishers, 2003, p.65.

⁷ BONJOUR, Laurence. “Foundationalism and the External World”. In: TOMBERLIN, J. E. (ed). *Philosophical Perspectives*, v. XIII. Malden: Blackwell Publishers, 1999, p. 232.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.2	Outubro 2009	pp. 38-45
-----------------	-------------------	--------------	------------	-----------------	-----------

experiencial. E, por ser assim inerente e constitutiva, essa consciência do conteúdo sensorial da experiência não necessita de uma razão adicional para que se creia em sua verdade, sendo sua justificação infalível. A infalibilidade da justificação ocorre porque não há como a consciência de conteúdo estar errada, e não existe essa possibilidade por uma questão lógica – o conteúdo sensório da consciência é o próprio conteúdo da experiência, sendo, também, por conseguinte, constitutivo do estado mental que lhe corresponde, fazendo com que ele seja precisamente aquele que é, e não outro qualquer.

É importante ressaltar que esse caráter de infalibilidade se restringiria às crenças de primeira ordem, não se estendendo às crenças dos demais níveis da estrutura, as quais, sendo aperceptivas, estão sujeitas ao erro. A justificação dessas crenças será, então, falível e, por conseguinte, anulável, na medida em que existam razões para crer que a probabilidade de erro é consideravelmente elevada.

Conclusão

Em resumo, a proposta de BonJour defende que podemos ter uma fundação para a justificação empírica de feições muito semelhantes àquela sugerida pelo fundacionismo clássico tradicional, constituída por crenças sobre o conteúdo da experiência, cuja justificação é infalível. Isto só é possível devido à natureza que é atribuída, nesta concepção teórica, à ‘consciência de conteúdo constitutiva do estado mental’, a qual viabilizaria a constituição de uma ‘ponte epistêmica’ unindo adequadamente crença e experiência. Não parece descabido considerar que o respeitável problema relativo à justificação não-inferencial das crenças básicas encontra em BonJour, no mínimo, uma interessante proposta de solução em favor da consolidação da teoria fundacionista, mas é inegável a necessidade de ulterior desenvolvimento dessa teoria no sentido de eliminar quaisquer obscuridades teóricas envolvendo, sobretudo, sua noção-chave de ‘consciência de conteúdo constitutiva’.

Referências

- BONJOUR, Laurence. “Foundationalism and the External World”. In: TOMBERLIN, J. E. (ed). *Philosophical Perspectives*, v. XIII. Malden: Blackwell Publishers, 1999. p. 229-249.
- _____. “Toward a Defense of Empirical Foundationalism”. In: DEPAUL, M. (ed). *Resurrecting Old-Fashioned Foundationalism*. Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, 2001. p. 21- 38.
- BONJOUR, Laurence.; SOSA, Ernest. *Epistemic Justification: internalism vs. externalism, foundations vs. virtues*. Malden: Blackwell Publishers, 2003.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.2	Outubro 2009	pp. 38-45
-----------------	-------------------	--------------	------------	-----------------	-----------

DESCARTES, René. *Meditazioni metafisiche*. Tradução de Sérgio Landucci. Bari: Laterza & Figli, 2007.

GETTIER, Edmund L. "Is Justified Belief Knowledge?" In: HUEMER, M. (ed.). *Epistemology: Contemporary Readings*. Routledge: London, 2002. p. 444-446. (Reimpressão da "Analysis", Oxford Blackwell, n° 23, p.121-123, 1963).

HANKINSON, R. J. *The Sceptics*. New York: Routledge, 1998.

PLATÃO. *Teeteto e Crátilo*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Belém: EDUFPA, 2001.

SELLARS, Wilfrid. *Science, Perception and Reality*. Atascadero: Ridgeview, 1991.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.2	Outubro 2009	pp. 38-45
-----------------	-------------------	--------------	------------	-----------------	-----------